

## Ata da Assembleia Geral Extraordinária

REALIZADA EM 10.08.95

nos 10 (dez) dias do mês de agosto de 1995, às 17:00 horas, na sede social, na Av. Guido Caloi nº 1331, Jato Amaro, nesta Capital de São Paulo, SP, reuniram-se os acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, apresentando mais de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias escriturais com direito a voto, para deliberarem e votarem a ordem do dia adiante mencionada, assim como, titulares de ações sem direito a voto. Havendo quorum, conforme se verifica do livro de "presença de acionistas", na forma estatutária, assumiu a presidência da mesa diretora dos trabalhos e sr. Bruno Antonio Caloi, Diretor Presidente, que convidou a ním Lauro Siuti Yonekura, para Secretário. Assim constituída a direção da mesa de trabalhos e verificado o cumprimento das formalidades legais e estatutárias, o sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária e determinou-me a leitura do seguinte edital de convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edições de 02, 03 e 04.08.95 e DCI - Diário Comércio & Indústria, edições de 02, 03 e 15/07.08.95, do seguinte teor: "BICICLETAS CALOI S.A. - CGCMF nº 56.994.924/0001-05 - COMPANHIA ABERTA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - São convocados os senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social, na Avenida Guido Caloi nº 1331, Bairro de Santo Amaro, nesta Capital de São Paulo, no dia 10 de agosto de 1995, às 17:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Reforma estatutária, com relação ao prazo para o exercício do direito de preferência na hipótese de emissão dos valores mobiliários previstos em lei, para colocação pública, bem como para eliminação da restrição quanto à emissão de ações ordinárias, em aumentos do capital social, por subscrição, e, ainda, alteração do "quorum" para instalação de Assembleias, com a consequente alteração dos artigos 6º, 11 e 20 e respectivos parágrafos e/ou incisos do Estatuto Social; b) Aprovação de proposta do Conselho de Administração para cancelamento da totalidade das 25.000 debêntures de única série, inconvertíveis em ações, emitidas conforme autorizado pela A.G.E. de 15.04.91, as quais se encontram em Tesouraria; c) Apreciação de proposta do Conselho de Administração, para a emissão de 30.000 debêntures, em duas séries, sendo a primeira série de 10.508 debêntures conversíveis em ações ordinárias e a segunda série de 19.492 debêntures conversíveis em ações preferenciais classe "B", todas para colocação pública, nos termos da legislação em vigor; d) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 31 de julho de 1995. BRUNO ANTONIO CALOI JUNIOR - Diretor". Dando início à **ordem do dia, letra "a"**, o sr. Presidente colocou em discussão e deliberação da Assembleia a reforma estatutária, a qual aprovou: **A)** a exclusão do direito de preferência para os antigos acionistas, na hipótese de emissão, para colocação pública, de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, bem como, melhor redação para uma interpretação mais precisa de eliminação de qualquer sentido de restrição atualmente constante do parágrafo 9º do artigo 6º do Estatuto Social em vigor, relativamente à emissão de ações ordinárias, em aumentos do capital social, por subscrição, assim como, em consequência, a nova redação dos artigos 6º e 11 do Estatuto Social, que, incorporando as alterações acima aprovadas, passarão a vigorar como segue: **"Art. 6º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), representado por 17.150.000.000 de sessenta bilhões, cento e cinquenta milhões de ações, sem valor nominal, sendo: - 6.488.582.450 ordinárias, 52.944.500 preferenciais da classe "A", e 10.608.473.050 preferenciais da classe "B", todas elas escriturais, mantidas e controladas em contas de depósito de ações escriturais em instituição depositária autorizada a manter serviços de ações, sem emissão de certificados, de conformidade com os arts. 34 e 35 e respectivos parágrafos, da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 1º** - A sociedade poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o valor de R\$ 175.000.000,00 (cento setenta e cinco milhões de reais), o qual será anualmente corrigido pela Assembleia Geral Ordinária, com base nos índices iguais. A quantidade, por espécie e classe de ações emitidas, será determinada pelo órgão que deliberar sobre o aumento do capital social. **Parágrafo 2º** - No limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de ações, sem necessidade de guardar a proporção entre elas existentes, quer seja entre as espécies, quer seja entre as classes das ações preferenciais. Tal deliberação será transcrita no livro próprio, devendo estipular: a) o número de ações, por espécie, ordinárias e/ou preferenciais, e classe de ações preferenciais; objeto da emissão; b) a forma de subscrição, se pública ou particular; c) os valores fixos pelos quais as ações poderão ser subscritas; d) os prazos para subscrição das ações; e, e) as condições de integralização e outras que forem de interesse da sociedade. **Parágrafo 3º** - Não terão os antigos acionistas direito de preferência, no caso de emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, para colocação pública. **Parágrafo 4º** - Por deliberação do Conselho de Administração poderá a sociedade, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores. Na outorga e no exercício pelos administradores dessa opção de compra, não haverá direito de preferência para os acionistas. **Parágrafo 5º** - O acionista que não integralizar o capital subscrito nas condições estabelecidas, ficará, de pleno direito, constituído em mora, sujeitando-se à correção monetária permitida legalmente, multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação e juros legais de 12% (doze por cento) ao ano, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais no caso de cobrança executiva, observadas as demais disposições legais e condições da emissão. Os juros e a multa serão calculados sobre o valor corrigido; ou, se a sociedade preferir, poderá mandar vender as ações em Bolsa de Valores, nos termos do art. 107 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 6º** - As ações preferenciais, que não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, independentemente da classe, fica assegurada a prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade. As ações preferenciais poderão ser emitidas até atingirem 2/3 (dois terços) das ações representativas do capital social e são inconvertíveis em ações ordinárias. A sociedade pode criar várias classes de ações preferenciais. A ação preferencial de uma classe não pode ser convertida em outra classe, exceto na hipótese prevista na letra "c" do parágrafo seguinte. **Parágrafo 7º** - As atuais ações preferenciais da classe "A", originalmente sem designação de classe, além do direito previsto no parágrafo anterior, terão mais os seguintes: a) dividendos mínimos de 8% (oito por cento) ao ano, não cumulativos, calculados sobre o valor unitário da ação, este obtido pela divisão da conta capital pela quantidade de ações que a represente; b) direito de perceberem a diferença de taxa de dividendos, sempre que o dividendo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, permitir o pagamento, às ações ordinárias, de dividendos superiores à taxa de 8% (oito por cento) ao ano; e c) direito de conversão em ação preferencial da classe "B", a pedido do acionista. **Parágrafo 8º** - As ações preferenciais da classe "B", criadas pela A.G.E. de 02.05.84, se aplicam o disposto no parágrafo 6º deste artigo. **Parágrafo 9º** - Os aumentos do capital social, por subscrição, poderão ser efetuados pela emissão de ações ordinárias ou preferenciais. Caberá ao órgão, que deliberar sobre o aumento, o direito de determinar a espécie, bem como, no caso de ações preferenciais, a respectiva classe ou classes em que serão emitidas. **Parágrafo 10º** - Todos os acionistas participarão dos aumentos de capital, por incorporação de reservas e de lucros suspensos, na proporção das ações possuídas, por espécie e classes, observada a legislação aplicável. **Parágrafo 11º** - A pedido do acionista, a ação ordinária poderá ser convertida em ação preferencial, de qualquer classe, respeitado o limite fixado no parágrafo 6º. **Parágrafo 12º** - A sociedade, mediante autorização do Conselho de Administração, poderá negociar com as próprias ações, observadas as formalidades legais e regulamentares pertinentes. **Parágrafo 13º** - A conversão em ações nominativas escriturais, na mesma quantidade, espécie e classe, das ações antes representadas e caracterizadas por certificados, cautelas ou títulos múltiplos representativos de ações sob forma de portador ou mesmo nominativas, emitidas anteriormente pela Companhia, será obrigatória e de forma a atender o preceituado no "caput" deste artigo, de acordo com a Lei nº 8.021 de 12.04.90. Enquanto não operacionalizada essa providência, os atuais certificados, cautelas ou títulos múltiplos em circulação, representativos de ações de portador ou nominativas, no mercado acionário, não mais terão livre curso e negociação, observadas as restrições legais. **Art. 11** - O Conselho de Administração tem as atribuições que lhe são conferidas por lei e pelo presente Estatuto, competindo-lhe ainda: I - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral; II - Propor à Assembleia Geral alterações neste Estatuto; III - Preencher, "ad referendum" da primeira Assembleia Geral, os cargos que se vagarem por morte, renúncia ou destituição de qualquer de seus membros, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo 6º do artigo anterior; IV - Autorizar a aquisição, alienação ou operação de bens imóveis da sociedade, de valor superior a 100% (cem por cento) do capital social realizado; V - Autorizar a sociedade a negociar com as próprias ações, observadas as formalidades legais e regulamentares pertinentes; VI - Deliberar, dentro do limite de aumento do capital autorizado estabelecido neste Estatuto, sobre: a) aumentos do Capital Social por subscrição; e, b) emissão de bônus de subscrição, nos termos dos artigos 75 e 79 da lei nº 6.404/76; VII - Autorizar a Diretoria Executiva a implementar, nas condições que estabelecer, o disposto no parágrafo único, letra b) do art. 18." **B)** A redução do atual "quorum" de 2/3 (dois terços) do capital votante para a instalação de Assembleias Gerais, em segunda convocação, bem como, em consequência, a nova redação do parágrafo 3º do art. 20 do Estatuto Social, que passará a vigorar como segue: **"Art. 20** - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e a Assembleia Geral Extraordinária sempre que a lei e os interesses exigirem a manifestação dos acionistas. **Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral, ressalvado o disposto no art. 123, da Lei nº 6.404/76, será convocada, instalada e presidida pelo Diretor Presidente, que, em suas faltas ou impedimentos temporários, poderá ser substituído na forma prevista no art. 12, sendo secretariado por quem for escolhido pelo Presidente. **Parágrafo 2º** - As pessoas presentes à Assembleia deverão provar sua qualidade de acionista, observadas as disposições do art. 126, da Lei nº 6.404/76, sendo que os titulares de ações nominativas, que deverão apresentar documento hábil de sua identidade, são os únicos que poderão exercer o direito de voto, nos termos do art. 112, da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 3º** - Para a alteração deste Estatuto, aumento do capital autorizado ou do capital social, emissão de debêntures, dissolução e nos casos previstos em lei, a Assembleia Geral somente será instalada com a presença de acionistas que representem dois terços do capital social com direito a voto, em primeira convocação, podendo, entretanto, instalar-se em segunda convocação, com qualquer número, só podendo essas matérias serem aprovadas por metade, no mínimo, das ações com direito a voto, não se computando os votos em branco." Passando ao item "b" da ordem do dia, a Assembleia decidiu aprovar a proposta do Conselho de Administração para cancelamento integral da totalidade das 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures de única série, inconvertíveis em ações, vendíveis em 01.10.95, objeto da emissão aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 15.04.91, e que se encontram em Tesouraria da Sociedade, desde já declaradas canceladas e sem nenhum valor ou efeito, para todos os fins de direito, autorizando inclusive a Diretoria Executiva a promover a todas as providências necessárias para essa finalidade. Seguindo com o item "c" da ordem do dia, discutida amplamente a matéria, a Assembleia aprovou integralmente a Proposta apresentada pelo Conselho de Administração, para a seguinte emissão de debêntures: "Emissão de 30.000 (trinta mil) debêntures, em 2 (duas) séries, sendo a 1ª (primeira) série de 10.508 debêntures conversíveis em ações ordinárias, e a 2ª (segunda) série de 19.492 debêntures conversíveis em ações preferenciais de classe "B", perfazendo o montante global de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), com as seguintes características: 1) **Valor da Emissão e Número de Debêntures:** Serão emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, perfazendo o montante global de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); 1.1) **Finalidade da Emissão:** Reforço do capital de giro. 2) **Valor Nominal:** As debêntures terão o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais); 2.1) **Atualização Monetária:** As debêntures terão o seu valor nominal atualizado monetariamente, a partir da data de emissão segundo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2.1.1) Caso não seja mais vedado e/ou passe a ser permitida expressamente a atualização monetária das obrigações mediante utilização do INPC em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, será a mesma aplicável, independentemente de qualquer outra formalidade ou ajuste à respectiva escritura relativa à presente emissão, sendo certo que a atualização passará a incidir no menor período permitido; 2.1.2) Na hipótese de extinção do referido indexador, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou, ainda, caso se alterem os critérios se sua aplicação, adotar-se-á, em seu lugar, outro que melhor representar a perda do valor da moeda nacional no tempo, aprovado em Assembleia Geral da Debenturistas que será convocada em tempo hábil, observado o disposto na legislação

em vigor, 2.1.3) Na hipótese de atraso na divulgação do INPC, ou, ainda, em caso de sua indisponibilidade em eventos, excetuando-se a subscrição, tais como, aquisição facultativa, amortizações, vencimento antecipado das debêntures, ou, ainda, no pagamento dos juros remuneratórios, o valor a ser pago será calculado em base no último INPC disponível, calculado na forma "pro rata die"; 2.1.4) Na hipótese da não divulgação do INPC, ou no caso de sua indisponibilidade por prazo superior a 30 (trinta) dias, será utilizado o índice estipulado para cálculo do prêmio, não cabendo, quando da divulgação do índice original, qualquer reembolso, tanto por parte dos debenturistas, quando por parte da sociedade, passando, a partir da sua divulgação, a ser novamente utilizado como índice de remuneração das debêntures. 3) **Forma:** As debêntures terão a forma escritural, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, obedecendo as prescrições legais e complementares; 3.1) A instituição poderá cobrar dos debenturistas o custo de transferência de propriedade, observados os limites legais e regulamentares. 4) **Colocação:** Distribuição pública, mediante procedimento diferenciado de acordo com o disposto no artigo 33 da Instrução CVM 13/80, com garantia firme de subscrição e participação de instituições integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários. 5) **Espécie:** Com garantia fluante. 6) **Data de Emissão:** A ser determinada para cada série pelo Conselho de Administração. 7) **Vencimento Final:** 60 (sessenta) meses, contados da data de emissão; 7.1) O Conselho de Administração estabelecerá as datas e condições para a amortização programada das debêntures. 8) **Preço de Subscrição:** Será o valor correspondente ao valor nominal da debênture, atualizado "pro-rata temporis" pelo INPC, mais 12% (doze por cento) ao ano, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, conforme previsto nas cláusulas 2.1 e 10, e respectivas sub-cláusulas. 9) **Forma de Integralização:** O preço de subscrição das debêntures será pago à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, sem ágio ou deságio. 10) **Juros Remuneratórios:** As debêntures serão remuneradas, a partir da data da emissão, com juros de 12% (doze por cento) ao ano, computados com base em 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o valor nominal atualizado das debêntures, e pagos, anualmente, sempre no primeiro dia do mês de agosto de cada ano, ocorrendo o 1º (primeiro) pagamento em 01.08.1996 e último em 01.08.2000, data de vencimento das debêntures; 10.1) A sociedade pagará "pro-rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: por ocasião do primeiro pagamento de juros, nas eventuais conversões de debêntures em ações, amortizações, aquisições facultativas e vencimento antecipado. 11) **Aquisição, Venda e Cancelamento:** A sociedade poderá a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, advindas desta emissão, por preço não superior ao seu valor nominal, atualizado monetariamente, e acrescido de juros remuneratórios e prêmio, nos respectivos termos previstos nas cláusulas 2.1, 10 e 13 e suas respectivas sub-cláusulas, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76; 11.1) As debêntures adquiridas pela sociedade poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, mantidas em tesouraria ou vendidas a terceiros. 12) **Convertibilidade em Ações:** As debêntures de cada série poderão ser convertidas em ações, conforme a série, ordinárias ou preferenciais da classe "B", do capital social da sociedade, a partir da data da emissão das debêntures; 12.1) A quantidade de ações ordinárias e preferenciais oriundas da conversão de uma debênture será de acordo com o seguinte cronograma: de 01.08.1995 a 31.10.1996: 400.000 ações; de 01.11.1996 a 31.03.1998: 320.000 ações; de 01.04.1998 a 31.07.1998: 256.000 ações; de 01.08.1998 a 31.07.1999: 205.000 ações e de 01.08.1999 a 31.07.2000: 164.000 ações; 12.2) O número de ações decorrentes da conversão das debêntures mencionadas na sub-cláusula anterior será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, e qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data da emissão, sem quaisquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos; 12.3) No caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital decorrentes serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial da Sede da sociedade no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da sociedade; 12.4) As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias e preferenciais das negociadas em Bolsas de Valores à época da conversão e farão jus a bonificações a serem distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da sociedade, a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista; 12.5) Sempre que a sociedade aumentar seu capital com emissão de novas ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da sociedade, ou no prazo do eventual direito de prioridade, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do primeiro Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, os debenturistas (a seu critério) terão o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço fixado para a subscrição das novas ações; 12.6) Até o vencimento final da presente emissão, caso a Assembleia Geral da sociedade deliberar emitir outras debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, os debenturistas detentores de debêntures desta emissão terão o direito (a seu critério) de converter as suas debêntures pelo mesmo preço, igual espécie e classe de ações estipuladas para as conversões das novas emissões; 12.7) Na hipótese de a Assembleia Geral da sociedade deliberar emitir bônus de subscrição, durante o prazo do exercício do direito de subscrição de ações, os debenturistas terão o direito (a seu critério) de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço de exercício de bônus de subscrição; 12.8) As frações de ações decorrentes da conversão efetuada, com base nas sub-cláusulas 5, 6 e 7 da presente cláusula 12 serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o sexto dia útil subsequente, pelo seu valor nominal atualizado monetariamente de acordo com o previsto na cláusula 2.1 e respectivas sub-cláusulas; 12.9) As ações ordinárias e preferenciais decorrentes da conversão das debêntures, objeto da presente emissão, farão jus: a) às bonificações a serem distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da sociedade, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista; e b) aos dividendos integrais do exercício em que forem convertidas; 12.10) Para todos os efeitos considerar-se-á como data da efetiva conversão aquela em que o debenturista entregar a sua solicitação por escrito para tal fim à sociedade. 13) **Prêmio:** As debêntures farão jus a um prêmio, a ser pago nas mesmas datas de vencimento antecipado, aquisição facultativa e/ou amortização programada, incidente a partir da data da emissão, equivalente à diferença positiva, se houver, obtida entre os termos da seguinte cláusula: **PN = (VN x CM) - VNA**, onde: **PN** = Prêmio "n", expresso em reais, a ser pago por debênture em conjunto com as aquisições facultativas, vencimento antecipado e amortização programada; **VN** = Valor Nominal na data de emissão, ou seja R\$ 1.000,00; **CM** = Taxa ANBID, reduzida de 2% a.a. ou Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil no 1º (primeiro) dia útil do período de sua vigência, regulamentada pela Resolução nº 2.121 de 30.11.94 do BACEN, acrescida de 12% a.a. o que for maior; e **VNA** = **VN** atualizado monetariamente, na forma da cláusula 2.1 e respectivas sub-cláusulas, até a data do pagamento do prêmio, acrescido dos juros remuneratórios, nos termos previstos na cláusula 10, e respectivas sub-cláusulas; 13.1) Na hipótese de conversão das debêntures, deixarão de ser devidos os respectivos prêmios vencidos. 14) **Séries:** A presente emissão será constituída de duas séries, sendo: a) 1ª (primeira) série, constituída de 10.508 debêntures conversíveis em ações ordinárias; e b) 2ª (segunda) série, constituída de 19.492 debêntures conversíveis em ações preferenciais da classe "B"; 14.1) As características da presente emissão serão comuns às debêntures de ambas as séries, exceto quando expressamente previsto de forma diversa na presente ata, inclusive quanto à convertibilidade das debêntures, em ações ordinárias ou preferenciais, conforme retro estipulado. 15) **Decadência de Direitos:** As debêntures, após o seu vencimento não mais vencerão juros ou quaisquer outros rendimentos, assegurados os direitos adquiridos até as respectivas datas de vencimento. 16) **Local do Pagamento:** Os pagamentos relativos ao principal e rendimentos a que fazem jus as debêntures de cada série serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou, ainda, em instituição financeira, contratada para este fim pela sociedade. 17) **Agente Fiduciário:** Será nomeado oportunamente pelo Conselho de Administração, e declarará a aceitação da função na escritura de emissão. 18) **Impontualidade:** Ocorrendo impontualidade da sociedade no pagamento dos juros ou do principal reajustado das debêntures, nas épocas em que for devido, a taxa de juros será elevada à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização desta obrigação, e incidentes sobre as parcelas não pagas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extra-judicial, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures. 19) **Prorrogação dos Prazos:** Todo vencimento de obrigações que ocorra em sábados, domingos e feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculos dos encargos decorrentes da presente emissão. 20) **Publicidade:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente veiculados, na forma de avisos, dentro dos prazos previstos na escritura, publicados nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e DCI - Diário Comércio & Indústria, ou em outro jornal de grande circulação que vier expressamente a ser indicado, com observância do disposto no artigo 289 da Lei nº 6.404/76. 21) **Registro:** A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, na forma da legislação vigente, sem prejuízo de arquivamento no Registro do Comércio e publicação das Atas da Assembleia Geral e Reuniões do Conselho de Administração, que deliberarem sobre a emissão, bem como de inscrição da respectiva Escritura de Emissão no Registro de Imóveis competente." Aprovou ainda a Assembleia: **A)** Não obstante a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas à subscrição das debêntures, conforme previsto no Estatuto Social, conceder, entretanto, a tais acionistas, atendimento prioritário para a subscrição das debêntures, na proporção das espécies e classes de ações possuídas nesta data, pelo prazo de 2 (dois) dias após a publicação do primeiro anúncio de início de distribuição pública; **B)** Autorizar a administração da companhia para: 1. apresentar à Comissão de Valores Mobiliários, requerimento de autorização para oferta à subscrição pública de debêntures na forma ora deliberada; 2. contratar uma ou mais instituições financeiras para a colocação pública das debêntures, sob o regime de garantia firme, e a manutenção das debêntures em contas de depósito, nos termos e condições previstos pela legislação aplicável; 3. nomear e contratar agente fiduciário; fixando-lhe a remuneração; 4. firmar a competente escritura de emissão; 5. praticar todos os demais atos necessários à formalização desta emissão; **C)** Atribuir poderes ao Conselho de Administração, na forma do artigo 59, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, para deliberar e, se for o caso, propor à Assembleia Especial de Debenturistas, as matérias constantes do inciso VI do aludido artigo, bem como a oportunidade da emissão de cada série. Em seguida, passando ao item "d" da ordem do dia, o sr. Presidente, colocou em pauta o fato de estar vago o cargo de Conselheiro, antes ocupado por D. Iracy Ambrosio Caloi. Assim, propunha para preenchê-lo, pelo restante do prazo de mandato dos demais Conselheiros, isto é, até a Assembleia Geral Ordinária de 1996, a acionista, sra. MARA HILDA CALOI GOSSON JORGE, brasileira, casada, arquiteta, portadora da cédula de identidade RG nº 4.583.051 (SSP/SP) e CPF/MF nº 035.091.778-78, residente e domiciliada em São Paulo, SP, na Rua Prof. Artur Ramos nº 418, apto. 61, Jardim Europa. A proposta foi aprovada e a respectiva posse será imediata, observadas as formalidades legais e estatutárias. Colocada a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso, os senhores acionistas não se manifestaram sobre outros assuntos gerais. Como nada mais havia para ser tratado ou discutido, o sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos e suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Após essa lavratura, a ata foi lida, aprovada e assinada pelos acionistas presentes na reabertura dos trabalhos, na forma legal, os quais aprovaram, também, autorização para publicação desta Ata com omissão das assinaturas dos acionistas (art. 130, parágrafo 2º, Lei nº 6.404/76). As matérias aqui deliberadas e aprovadas foram por unanimidade dos acionistas votantes presentes, com a abstenção dos impedidos por lei, e não foram submetidas ao Conselho Fiscal, tendo em vista que esse órgão não está em funcionamento. São Paulo, 10 de agosto de 1995. ass. Bruno Antonio Caloi - Presidente da Mesa; ass. Lauro Siuti Yonekura - Secretário da Mesa. A presente é cópia fiel do original. São Paulo, 10 de agosto de 1995. BRUNO ANTONIO CALOI - Presidente da Mesa, LAURO SIUTI YONEKURA - Secretário da Mesa. Visto: PAULO CESAR LEITE OROSCO - Advogado - OAB-SP 95.259. Secretária da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o número 143.780/95-5 em 01.09.95. José Edgard L. Gomes - Secretário Geral